

Carla Magalhães



Demostenes (E) e Viana, com os deputados Marcos Maia e Marcelo Castro

CPI do Apagão Aéreo inicia investigações

Tião Viana e Demostenes Torres são escolhidos presidente e relator da comissão, que se reúne já na terça-feira para analisar plano de trabalho

Na primeira reunião da CPI, Tião Viana assumiu o compromisso de manter a ética e dar as respostas que a sociedade espera sobre a crise do setor aéreo. Demostenes Torres informou que já entrara em

contato com órgãos como a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público para iniciar o levantamento de dados. Os senadores também acertaram um acordo de cooperação com a CPI da Câmara

dos Deputados que trata do mesmo assunto e visitaram, em busca de apoio às investigações, o procurador-geral da República, o ministro da Controladoria Geral da União e o diretor-geral da Polícia Federal. **Páginas 4 e 5**

Senadores vão à Bolívia conhecer situação política

Pedro Simon, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella viajarão à Bolívia para obter informações sobre a situação no país. O grupo foi criado pelo presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Heráclito Fortes, depois de Cristovam advertir para o risco de uma guerra de secessão. **Página 8**

Quilombolas se dizem perseguidos depois de receber títulos de terras

J.Freitas



Abdias Nascimento (E) participa do debate, ao lado de Paim e de Matilde Ribeiro

Audiência realizada no Senado revelou que comunidades de remanescentes de quilombos – povoações de escravos africanos que fugiram do cativeiro – estão sendo perseguidas por autoridades estaduais e municipais após a titulação, pelo Executivo, das terras que ocupam. Paulo Paim disse que o debate permitiu que se refletisse sobre “a abolição que não veio”. **Página 2**



Marcia Vaz

Dossiê é entregue no Ministério da Justiça aos ministros Marta Suplicy e Tarso Genro por Patricia Saboya (2ª à dir.) e Maria do Rosário

Em defesa dos menores explorados

A senadora Patricia Saboya e a deputada Maria do Rosário entregaram ontem aos ministros Tarso Genro e Marta Suplicy dossiê preparado pelo Comitê de Enfrentamento da Explo-

ração Sexual de Crianças e Adolescentes. O documento propõe que o Estado brasileiro crie mais instâncias especializadas no atendimento humanizado à criança e na conscientização

dos agressores, além de priorizar ações judiciais que envolvam crianças. Marta Suplicy e Tarso Genro reiteraram empenho em desmontar as rotas de tráfico de pessoas. **Página 6**

BID aprova recursos para o Interlegis II

O programa Interlegis, que conectou mais de 3 mil casas legislativas e melhorou a capacidade de gestão do Poder, entra na segunda etapa. **Página 6**



Municípios perdem verba para tratar lixo

Sem condições de atender exigências técnicas, municípios não se habilitam a recursos do Ministério das Cidades para coleta e destinação do lixo. **Página 7**

Em audiência na CDH, representantes de comunidades remanescentes de quilombos denunciam ação de autoridades a favor de grandes fazendeiros

Titulação de terras faz aumentar perseguição a grupos quilombolas

As comunidades de remanescentes de quilombos – povoações de escravos africanos que fugiram do cativeiro – estão sofrendo perseguição por parte de autoridades estaduais e municipais, principalmente após a concessão de titulação, pelo Executivo, das terras que ocupam. A denúncia foi feita ontem por representantes de quilombolas que participaram da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir políticas de combate ao racismo e regularização fundiária de territórios quilombolas.

Gonçalina Eva de Almeida, do Quilombo Mata Cavalo (MT), afirmou que a discriminação é muito grande e, embora exista um decreto garantindo a regularização das terras ocupadas por descendentes de africanos que trabalharam como escravos no Brasil, ainda há muita discussão sobre os direitos dessas pessoas.

José Maria Gonçalves, do Quilombo Invernada dos Negros (SC); Domingos Xapóca, do Quilombo Linharinho (ES); e Dernivaldo Lima, do Quilombo Gurutuba (MG), relataram exemplos de perseguição por prefeitos e políticos locais, que estariam, segundo eles, do lado dos grandes fazendeiros que reivindicam as terras em fase de reconhecimento como áreas quilombolas. Dernivaldo disse que há grande descaso das autoridades da região quanto aos direitos dos remanescentes de escravos e Domingos Xapóca



Abdias (E), Paim, Matilde Ribeiro, Leci Brandão e Inácio Arruda participam de debate

salientou que sua comunidade “tem passado por muita humilhação com o clima pesado que se formou”.

Ivair Alves dos Santos, assessor especial da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), reconheceu que, após a publicação do decreto do governo, multiplicou-se o número de casos de violência nas comunidades quilombolas.

Articulação

Para dar maior celeridade aos processos de regularização dos quilombos, o subsecretário da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Carlos Eduardo Trindade, sugeriu a promoção de parcerias entre o Executivo, Legislativo, Judiciário e entidades da sociedade civil.

O representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rui da Silva Santos, explicou que os procedimentos para a regularização fundiária seguem passos definidos pela legislação brasileira.

Na opinião da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) – autora do

requerimento para a realização da audiência juntamente com o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS) –, a regularização dos quilombos envolve enfrentamento político e de classes.

– Quem está puxando a reação não são os pequenos agricultores e, sim, as mesmas forças políticas que não deram viabilidade ao processo de regularização dos quilombos em governos anteriores – frisou.

Ideli anunciou que a Frente Parlamentar Quilombola, formada por senadores e deputados, poderá passar a contar com participação popular, para que sejam ouvidas entidades representativas dos negros. Ela defendeu a articulação, por meio da frente, de campanha nacional de conscientização da sociedade com relação aos direitos das comunidades remanescentes de quilombos.

De acordo com Paim, a audiência serviu para possibilitar a reflexão sobre a “abolição que não veio”. Estiveram presentes ao debate mais de 80 pessoas.

Persistência da discriminação racial no Brasil é apontada em debate

A importância da luta contra o racismo e o preconceito racial foi ressaltada ontem por todos os expositores da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com o objetivo de discutir as políticas de combate ao racismo e ao preconceito racial. A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, falou dos programas em andamento e ainda dos desafios futuros do órgão. O ex-senador Abdias Nascimento e a compositora Leci Brandão, ambos negros, relataram suas histórias pessoais de luta contra o racismo.

Matilde Ribeiro fez balanço dos vários programas e ações desenvolvidos pela secretaria e dos desafios enfrentados

– O governo federal está fazendo a sua parte e é muito importante que os municípios apresentem a contrapartida, para que a igualdade

racial possa também avançar nesse patamar, em direção à construção de um sistema integrado de promoção da igualdade racial no Brasil – destacou.

Leci Brandão, que trabalha na secretaria, lembrou que a discriminação e o preconceito “respiram na sociedade brasileira” de várias formas. Abdias Nascimento, hoje com 93 anos, afirmou que a sua luta pela igualdade racial levou-o a um “exílio voluntário” e o tornou conhecido como “negro ingrato e encrenqueiro”. De acordo com ele, o racismo ainda persiste no país.

Na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF), a verdadeira vitória contra o racismo será garantir escola pública e de qualidade para todos. Para o senador, quando essa bandeira for conquistada, não será mais preciso haver políticas de quotas nas universidades, pois elas serão formadas, em sua maioria, por negros.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Rádio Senado discute pacote antiviolença

A Rádio Senado apresenta especial sobre o pacote antiviolença elaborado pelo Senado Federal – conjunto de 30 projetos que atualizam o Código Penal e

aperfeiçoam o financiamento da segurança pública. O programa será transmitido hoje, às 20h, com reprises no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores

Prevista para as 9h, a sessão de hoje tem caráter não-deliberativo. Sem a votação de projetos, é destinada a pronunciamentos dos parlamentares e avisos da Mesa. Na próxima semana, os senadores retomam a análise de medidas provisórias e projetos de lei de conversão que trancam a pauta.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Magno Malta, Papaléo Paes, Edison Lobão, Jayme Campos, José Maranhão, Gilvam Borges e Romeu Tuma e pelas senadoras Lúcia Vânia e Rosalba Ciarlini



Fotos:RooseveltPinheiro

Falta de estrutura para conter doença preocupa Gilvam Borges

Gilvam quer ajuda para combater a dengue no Amapá

Hospitais lotados e falta de equipamento para combater a epidemia de dengue que acometeu o estado do Amapá, causando a morte de nove pessoas desde o início do ano, levaram Gilvam Borges (PMDB-AP) a pedir ajuda ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o senador, até o momento, o número de mortes já é o dobro do registrado no ano passado e os centros de Terapia Intensiva (CTI) da capital, Macapá, não têm leitos suficientes para atender à demanda.

– Tenho certeza de que o presidente Lula não se furta a socorrer o povo humilde do meu estado – afirmou.

Gilvam informou que já havia solicitado ajuda ao Ministério da Saúde, que disponibilizou três carros “fumacê” – usados no combate ao mosquito transmissor da doença. Dos cinco carros do Amapá, disse, apenas um está funcionando. No entanto, salientou, tais medidas serão insuficientes sem uma ampla ajuda do governo federal para superar a atual situação de emergência.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) também manifestou preocupação semelhante em relação ao Tocantins.

Líder do PT destaca melhorias “bastante significativas” no país desde o primeiro governo Lula. Já o líder do Democratas afirma que, ao lado da diminuição do número de pobres, houve redução de empregos

Concentração de renda é a menor em 30 anos, afirma Ideli

Com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou ontem que o coeficiente de Gini medido no Brasil em 2005 foi o menor dos últimos 30 anos. Esse índice é utilizado para avaliar, entre outros indicadores, o nível de concentração de renda em um país.

A senadora disse que o coeficiente vem registrando queda desde 2001 – no governo Fernando Henrique Cardoso – e passou a indicar reduções “bastante significativas” a partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República. Segundo Ideli, esse processo “começou timidamente com iniciativas de inclusão social como o Bolsa Escola, e se ampliou muito com programas como o Bolsa Família”.

A líder registrou também que a agência de classificação de risco Standard & Poor’s aumentou a nota atribuída aos créditos devidos pelo Brasil e a agência Fitch elevou a classificação do país. Esses institutos examinam a situação macroeconômica e a capacidade de cada país para pagar suas dívidas. A parlamentar ressaltou que tais avaliações são reflexo da melhora das contas externas e da boa situação fiscal do país.

Agripino: “Bolsa Família condena beneficiário à dependência”

José Agripino (DEM-RN) afirmou ontem, citando estudo da Universidade de Campinas (Unicamp), que a população miserável do Nordeste diminuiu proporcionalmente nos últimos anos, mas que também houve redução na quantidade de habitantes com emprego. O líder do DEM argumentou que o fenômeno teria como causa o Bolsa Família, porque o programa, disse, tira as pessoas da miséria sem inseri-las no mercado de trabalho.

– Estamos condenando um contingente enorme à dependência – declarou o parlamentar.

Agripino informou que, de acordo com o estudo citado, a parcela da população do Nordeste com alguma ocupação caiu de 77,8% em 2002 para 76,2% em 2005. Já a população miserável teria diminuído de 44,6% em 2004 para 24,1% em 2005.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou que “a miséria não está diminuindo; o que está acontecendo é que a miséria está com um pouquinho mais de dinheiro no bolso”. Ele frisou que “a porta de saída para a pobreza é uma boa escola para os filhos dessas pessoas” e, nesse contexto, declarou que o presidente Lula cometeu um erro ao transformar o Bolsa Escola no Bolsa Família.



Segundo Lúcia Vânia, população quer “chance para mudar de vida”

Lúcia Vânia aponta aumento de ação assistencialista

O aumento de 17% no valor do Bolsa Família, além da ampliação do limite de idade dos jovens atendidos pelo programa de 15 para 17 anos, representa uma humilhação “a milhões de trabalhadores que sonham com uma oportunidade para mudar de vida”. O comentário foi feito ontem pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), com base em notícias sobre proposta do reajuste no benefício, defendida pelo ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

– Este governo deveria assumir o pacto que firmou com a população, de trabalhar por sua cidadania e retirar da condição de pobreza parcela expressiva dos brasileiros. Não serão programas populistas que vão garantir a independência e a cidadania que cada brasileiro merece – disse.

Em seu pronunciamento, Lúcia Vânia destacou estudo sobre investimentos na formação de mão-de-obra, do economista Márcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas. Pochmann afirma que o Brasil regrediu no gasto com qualificação de trabalhadores, “ao contrário do que diz o presidente Lula”, ressaltou a senadora.

Inácio pede investimentos na geração de energia eólica

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou a importância de o Brasil passar a investir na geração de energia eólica – obtida com o aproveitamento dos ventos. Ele informou ter participado ontem de encontro com o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, durante o qual foi discutida a participação dessa fonte na matriz energética do país.

De acordo com o senador, a energia eólica é “100% limpa”, mas, para que o país possa utilizá-la eficientemente, toda a infra-estrutura ainda precisa ser montada, principalmente com tecnologia estrangeira.



Para Inácio Arruda, vento é uma fonte energética “100% limpa”

Augusto Botelho defende uso de energia nuclear no Brasil



Augusto cobra licença ambiental necessária à conclusão de Angra 3

Augusto Botelho (PT-RR) apelou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para que “conclua o mais rápido possível” o licenciamento ambiental da usina nuclear de Angra 3. Segundo ele, o Brasil precisa ampliar a sua capacidade energética para evitar a ocorrência de “apagões”.

– Não tenho dúvida de que o aumento da capacidade de geração de energia elétrica no Brasil passa, necessariamente, pela conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3, que terá capacidade de instalada de 1.350 megawatts de energia – disse.



Mário Couto: verba favoreceu namorado da governadora

Mário Couto critica Ana Júlia Carepa por liberação de recurso

Mário Couto (PSDB-PA) citou ontem, da tribuna, matéria do jornal paraense O Liberal que aponta denúncia de liberação, pela governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, de recursos para o aeroclube do Pará. Conforme o senador, os recursos foram liberados depois que o namorado de Ana

Júlia assumiu a presidência do aeroclube.

– No Pará, só existe um helicóptero. Cada piloto vai custar quase R\$ 300 mil. O namorado para dar trabalho! – exclamou.

Em aparte, Fátima Cleide (PT-RO) pediu mais respeito por parte do colega.



Para João Pedro, crítica a Ana Júlia Carepa “passou dos limites”

João Pedro ressalta compromisso e seriedade da governadora do Pará

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu a ex-senadora e atual governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, que pouco antes sofrera críticas de Mário Couto (PSDB-PA). Ele afirmou que Ana Júlia “é compromissada com a Amazônia e com o Brasil”.

– A crítica passou dos

limites. Não podemos ficar fazendo crítica pelo viés de namorado ou namorada. A crítica tem de ser feita, porque constrói a democracia. Mas não podemos desqualificar uma autoridade como a governadora – afirmou.

João Pedro foi apoiado por Sibá Machado (PT-AC).

Formada por 13 senadores, comissão tem prazo de 180 dias para apurar causas do acidente entre aviões da Gol e da ExcelAire e da crise que atingiu aeroportos

CPI do Senado sobre apagão aéreo inicia investigações

O Senado instalou ontem, em reunião dirigida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), a CPI do Apagão Aéreo, composta por 13 membros, que elegeram para presidente o senador Tião Viana (PT-AC). Em sua primeira decisão no cargo, ele nomeou o senador Demostenes Torres (DEM-GO) relator da comissão. Os senadores da CPI elegeram ainda Renato Casagrande (PSB-ES) vice-presidente. A escolha de Viana e Casagrande resultou de acordo de lideranças. Na terça-feira, o colegiado se reúne para analisar plano de trabalho a ser apresentado pelo relator.

Viana agradeceu a unanimidade em torno do seu nome e assumiu a responsabilidade, perante a nação, de manter a ética e dar as respostas que a sociedade espera sobre a crise do setor aéreo. O senador destacou sua intenção de cumprir rigorosamente as normas constitucionais e afirmou que a



Presidente da comissão, Tião Viana cumprimenta o relator, Demostenes Torres (E)

população precisa compreender a importância histórica das comissões parlamentares de inquérito. Ele disse esperar que a CPI “corresponda às expectativas e à responsabilidade da situação”.

O presidente da comissão leu estudo do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o funcionamen-

to das CPIs lembrando que essas comissões têm interface com o Judiciário e precisam investigar dentro da legalidade e dos fatos determinados no requerimento de sua criação.

Ele salientou que o colegiado precisa ter “tranquilidade” para agir com respeito a esses critérios.

Foto: C. S. / A. V. / A. V.

Ao assumir a função de relator, Demostenes Torres ressaltou que as investigações serão focadas nos “pontos fulcrais” do requerimento que instituiu a CPI. Segundo o senador, esses pontos são as causas do acidente entre um avião da Gol e outro da American ExcelAire; as causas dos apagões nos aeroportos e as denúncias de corrupção na Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Portuária).

Investigação

Demostenes informou que já entrara em contato com a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público para iniciar o levantamento de dados. O senador prometeu que, a partir dos documentos que conseguir com as autoridades, traçará um plano de investigações que “não isentará ninguém”.

O parlamentar reconheceu que outras CPIs serviram de “palco político”, mas observou que essa não é a função das comissões

parlamentares de inquérito. O colegiado, assegurou, vai agir sem estardalhaço e sem se desviar dos focos de investigação. Demostenes disse que não seria possível responsabilizar o presidente Lula por eventuais casos de corrupção na Infraero.

A CPI, formada por 13 senadores titulares e oito suplentes, tem prazo de 180 dias para a entrega do relatório final. De acordo com o requerimento, destina-se a “apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing da Gol e um jato Legacy da American ExcelAir, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007”.

Oposição quer incluir denúncias de casos de corrupção na Infraero

Na primeira reunião da CPI do Apagão Aéreo, senadores de oposição sugeriram a investigação de denúncias de corrupção na Infraero.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que a comissão ajudará a “evitar outros acidentes no país”. Na sua opinião, a CPI destina-se a criar um “ambiente bom” no Brasil, mas “nada impede que aqui e ali casos de corrupção sejam detectados e punidos”.

O líder do DEM, José Agripino (RN), frisou que o partido estuda levar, às próprias custas, especialistas internacionais em segurança aérea para depor na CPI.

Romeu Tuma (DEM-SP) destacou que os parlamentares foram vítimas do apagão e que a CPI precisa apurar quais problemas nos aeroportos ainda afligem a sociedade. Mário Couto (PSDB-PA) defendeu uma investigação com grande seriedade, dada a gravidade do acidente aéreo.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ressaltou que os partidos se esmeraram na escolha dos membros da comissão para “oferecer à sociedade algo competente, e não um modelo falido de CPI”.

— Pode ser o início da mudança da imagem do Congresso.



Antonio Carlos: “Nada impede que casos de corrupção sejam detectados”



Agripino: DEM levará às próprias custas especialistas internacionais para depor

Crise revelou problemas no controle de voo

A crise que atingiu o setor aéreo no final do ano passado, com atrasos nos embarques e suspensão de vôos, teve início após o maior acidente da aviação do país, em setembro, envolvendo o Boeing da Gol e o Legacy da American ExcelAire, em Mato Grosso, e que resultou na morte de mais de 150 pessoas.

O problema trouxe à tona a precariedade do sistema de controle de voo no Brasil, e teve seu ápice, conforme o requerimento de convocação da CPI do Senado, com um movimento de paralisação dos controladores em março.

A primeira iniciativa de criação de uma CPI para investigar o apagão aéreo surgiu na Câmara, mas o requerimento foi arquivado pelo Plenário. Enquanto era aguardada a manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a criação dessa CPI, os senadores resolveram propor uma comissão de inquérito na Casa.

Mesmo com a decisão do STF favorável à criação da CPI da Câmara, e o argumento da base do governo de que não se justificava a mesma investigação pelas duas Casas, os oposicionistas não abriram mão da CPI do Senado, e confiam no êxito dos trabalhos de apuração.

Para base do governo, apuração deve focar acidente e crise nos vôos

Os senadores do Bloco de Apoio ao governo destacaram a necessidade de se focarem as investigações no “fato determinado” que a CPI investiga – o acidente entre o avião da Gol e o jato da American ExcelAire, e o caos nos aeroportos que se registrou em seguida. Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que encomendará um parecer sobre os limites de atuação da CPI.

Além de ressaltar a importância de a comissão centrar o trabalho no fato determinado, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), pediu que não sejam criadas subcomissões na CPI para evitar vazamento

de documentos. “A CPI tem um comando, eleito por unanimidade. Temos que respeitar esse comando”, frisou. Sibá Machado (PT-AC) apoiou a proposta de não serem formadas subcomissões.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), garantiu, em entrevista, que o Executivo quer ajudar nas investigações e colaborará com a CPI no que for necessário. José Pedro (PT-AM) destacou que o foco das investigações da comissão é “eminente técnico” e que isso deve ser respeitado. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) elogiou o Senado pela instalação da comissão.



Jucá afirma que governo colaborará com a comissão no que for necessário



Ideli é contra subcomissões na CPI, para evitar o vazamento de informações

No primeiro dia de trabalho, entendimento com a Câmara

O presidente e o relator da CPI do Apagão Aéreo no Senado, Tião Viana (PT-AC) e Demostenes Torres (DEM-GO), acertaram ontem um acordo de cooperação com a comissão que trata do mesmo tema na Câmara, visando à troca de informações.

Durante a reunião, o presidente da CPI da Câmara, Marcelo Castro (PMDB-PI), disse que a necessidade de trabalho conjunto das duas comissões é fundamental para que não haja sobreposição de funções.

– Imaginemos se trabalhássemos separadamente, a Câmara chegasse a uma conclusão e o Senado a outra diferente. Seria um escândalo e a imagem do Congresso ficaria arranhada – frisou o deputado.

Discordando da posição de Marcelo Castro, Demostenes considerou aceitável a possibilidade de julgamentos distintos nos dois colegiados.

– É claro que, como o fato é o mesmo, a tendência é que tenha-

mos a mesma conclusão. Mas acho que não seria um escândalo. Seria uma divergência ocasional de um ponto ou outro. Pode ser que as Casas, pela autonomia que têm, pela diversidade da composição, e até por questões políticas, venham a definir de forma diferente – opinou.

Os senadores visitaram ainda, em busca de apoio para as investigações da CPI, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, e o ministro Jorge Hage Sobrinho, da Controladoria Geral da União. Além do compartilhamento de informações, ambos se comprometeram a ceder auditores para auxiliar nas investigações.

Também procurado pelos integrantes da CPI, o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, colocou à disposição da comissão, em tempo integral, o delegado Renato Sayão, que presidiu o inquérito sobre as causas da queda de avião da Gol em setembro do ano passado, que resultou em 154 mortes.

Rosalba quer conclusão de obras de aeroporto no Rio Grande do Norte

A importância da conclusão das obras do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Natal (RN), foi ressaltada por Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Segundo a senadora, as obras estão paralisadas há vários anos, “retardando o progresso e o desenvolvimento do Rio Grande do Norte e do Nordeste”.

Rosalba se disse preocupada com indecisões sobre o reinício da obra, que teria sido incluída entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento, “dando uma nova esperança para o povo potiguar”.

– Em recente fórum de discussão sobre o aeroporto, representantes do governo federal apresentaram apenas informações genéricas que vieram reforçar minhas dúvidas sobre o prazo de conclusão das obras. Para um programa cujo



Rosalba comemora inclusão de obra no Programa de Aceleração do Crescimento

horizonte é de quatro anos, é imperativo que projetos e seus respectivos orçamentos já estivessem elaborados e definidos – frisou.

De acordo com a senadora, a escolha do local desse aeroporto não foi uma decisão política, mas se deu em razão das avaliações de custo-benefício para a economia regional, nacional e internacional.

Qual é o problema da educação brasileira? Os senadores Edison Lobão e Papaléo Paes, com base em estudos diferentes, apontam má aplicação dos recursos

Lobão: pesquisa mostra que ensino no Brasil é mal gerido

Pesquisa realizada com dados de 2003 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que o Brasil gasta em educação, em termos de produto interno bruto (PIB), tanto quanto ou mais que Alemanha, Japão, Reino Unido, Austrália e Coreia do Sul. O estudo motivou Edison Lobão (DEM-MA) a repetir opinião manifestada em 2005: a educação recebida pelos jovens nas escolas fundamentais não condiz com as dotações que lhe são destinadas.

O senador afirmou que o Brasil investe no setor 4,4% do seu PIB, sem obter resultados significativos,



Lobão: país gasta com educação 4,4% do PIB, sem obter resultados significativos

enquanto a Coreia do Sul, com gastos entre 3,5% e 4,3% do PIB, conseguiu alcançar ou até mesmo ultrapassar os Estados Unidos na

qualificação da mão-de-obra. A comparação dos números da situação brasileira com a de outros países revelou o tamanho da desvantagem que o Brasil leva atualmente. Dos brasileiros entre 25 e 34 anos, apenas 32% têm educação secundária. Na Coreia do Sul esse índice é de 95%. No Chile, 61% da população na mesma faixa etária têm o curso secundário. Apenas 26% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são plenamente alfabetizados.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou que os recursos investidos em educação no Brasil são mal aplicados.

Experiências revolucionárias levam país a perder o rumo, diz Papaléo

Ao analisar estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ministério da Educação, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem que “a boa escola é aquela que ensina o aluno a ler e a escrever e a realizar as quatro operações básicas da Matemática”.

Para o senador, ao longo das

últimas décadas, ao buscar se espelhar em experiências educacionais supostamente revolucionárias, o Brasil teria “perdido o rumo” do que é efetivamente um ensino de qualidade.

O parlamentar destacou que os estudantes brasileiros têm obtido os piores desempenhos entre os países da América Latina e que apenas 0,8% dos municípios



Papaléo: estudantes brasileiros têm pior desempenho do que os de outros países

acertaram 60% das provas. Ele apontou a ineficiência na aplicação dos recursos educacionais.

Paim propõe a criação de mais escolas técnicas no país

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem a criação, na Câmara, da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico Profissionalizante. Ele apresentou na semana passada projeto de resolução que institui, no Senado, movimento idêntico, destinado a lutar pela implantação de mais escolas técnicas no país. O senador citou afirmação do professor Márcio Pochmann, da Unicamp, para quem falta ao Brasil um sistema de ensino profissionalizante que atenda às necessidades da economia.

Couto acusa estados de não pagarem transporte escolar

Mário Couto (PSDB-PA) acusou os estados de não repassarem as verbas do transporte escolar para os municípios brasileiros. Ele explicou que, de acordo com a legislação, os responsáveis pelo transporte escolar são os estados, que devem transferir dinheiro com essa finalidade para os municípios. O senador pediu explicações do governo federal para o problema, que, segundo ele, vem ocorrendo por todo o país, principalmente nas cidades interioranas.

Quintanilha defende projeto que aumenta transparência de impostos

De acordo com Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o consumidor será beneficiado com a aprovação do substitutivo de sua autoria ao projeto de lei que obriga o fornecedor a informar, na nota fiscal, todos os tributos embutidos no preço da mercadoria ou serviço.

A proposta (PLS 174/06),

aprovada no último dia 15 pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), deverá voltar ao colegiado para votação em turno suplementar.

Apresentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto é oriundo da campanha nacional “De Olho no Imposto”,

que foi organizada pela Associação Comercial de São Paulo e recolheu mais de um milhão de assinaturas.

A proposta regulamenta o parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição, segundo o qual “a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos

que incidam sobre mercadorias e serviços”.

– O projeto vem ao encontro da população brasileira, dos prestadores de serviço, da indústria e do comércio. Todos têm desejo de que o consumidor saiba quanto paga efetivamente de imposto pelo produto que compra ou serviço que contrata – afirmou.



Quintanilha propõe inclusão, na nota fiscal, de detalhamento de tributos



Mozarildo quer tornar obrigatório diploma de nível superior

Mozarildo propõe nova exigência para ministros

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem o acréscimo, em dispositivo constitucional, da exigência do diploma de curso superior para os indicados ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União (TCU). O senador disse que foi alertado por pessoas do setor jurídico quanto a uma "brecha" na Constituição que permite a indicação ao STF e ao TCU de cidadãos brasileiros que não tenham cursado faculdade. Para evitar essa situação, Mozarildo apresentou emenda constitucional, que ainda aguarda numeração.

– Basta que, enquadrado nas regras dos limites de idade e sob a avaliação de possuir "notável saber jurídico e reputação ilibada" [artigo 101 da Constituição], o cidadão possa ser elevado à condição de ministro do STF. No TCU, de igual modo, um cidadão pode nele ingressar se, atendendo às exigências do artigo 73 e incisos da Constituição, igualmente não tiver curso superior – acrescentou.

O senador salientou que, apesar de o candidato ser obrigado a passar por sabatina no Senado Federal, não seria inviável a nomeação política "de um cidadão protegido por circunstâncias outras". Ele observou ainda que para ingressar no Tribunal Superior de Justiça (STJ), no Superior Tribunal Militar e no Tribunal Superior do Trabalho é exigido curso superior e, no caso do STJ, as vagas destinam-se a desembargadores federais, desembargadores dos tribunais de Justiça, advogados e membros do Ministério Público.

Patrícia diz que não tem autorização de pais pobres para que seus filhos sejam colocados mais cedo na cadeia em razão da incapacidade do Estado de oferecer o devido atendimento psicossocial

Parlamentares cobram tratamento humanizado para crianças exploradas

Diante dos ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Turismo, Marta Suplicy, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) – ex-presidente da CPI da Exploração Sexual e coordenadora da Frente Parlamentar de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – disse

ontem que não tem autorização dos pais e das mães pobres do país para que seus filhos sejam colocados mais cedo na cadeia pela incapacidade do Estado brasileiro de lhes dar o devido atendimento psicossocial.

A afirmação foi feita durante audiência no Ministério da Justiça para a entrega de dossiê preparado pelo Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O documento propõe que o Estado brasileiro crie mais instâncias especializadas no atendimento humanizado à criança e na conscientização dos



Patrícia Saboya (3ª à dir.) e Maria do Rosário (E) entregam dossiê a Tarso Genro e Marta

agressores, além de priorizar as ações judiciais que envolvam crianças, prevista pela Constituição. Em resposta, ouviu do secretário nacional de Justiça, Antonio Carlos Biscaia, que dentro de 90 dias estará pronto para ser executado o Programa Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, o qual estará apto a dar assistência às vítimas de exploração sexual.

Também coordenadora da frente parlamentar, a deputada Maria do Rosário comemorou a aprovação, na Câmara, do PL 4.126/04, que altera o Código de Processo Penal, para pre-

ver regras especiais quanto à realização de laudo pericial e psicossocial nos crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente. Os laudos seriam baseados em depoimento gravado, poupando a vítima da necessidade de depor reiteradas vezes. O projeto

foi encaminhado ao Senado.

Marta Suplicy, por sua vez, reiterou o compromisso de Tarso Genro de parceria com a polícia para desmontar as rotas de tráfico de pessoas. A ministra informou também que serão feitas mobilizações nas festas de Caruaru (PE) e de Parintins (AM), durante as quais é comum a ação de aliciadores de menores, bem como a realização de uma blitz em Belém, em parceria entre o Ministério do Turismo e a Polícia Rodoviária Federal, para conscientizar motoristas contra o turismo sexual.

Renan defende ação da PF contra fraudes em licitações públicas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comentou na tarde de ontem, em entrevista coletiva, a Operação Navalha, por meio da qual a Polícia Federal prendeu mais de 40 pessoas acusadas de fraudes em licitações de obras públicas. Renan defendeu a ação da PF e o esclarecimento de todos os fatos, mas disse não ter informações suficientes para fazer comentários sobre as investigações.

O presidente do Senado elogiou as medidas adotadas pelo governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, que informou ter afastado os integrantes do governo estadual presos pela Polícia Federal. De

acordo com o site de notícias Globo On Line, são eles Adeilson Teixeira Bezerra, Denisson de Luna Tenório e José Vieira Crispim, respectivamente, secretário, subsecretário e diretor de obras da Secretaria de Infra-Estrutura de Alagoas; Eneas de Alencastro Neto, representante do governo de Alagoas em Brasília; e Márcio Fidelson Menezes Gomes, diretor do Detran de Alagoas.

Segundo Renan, nem Teotônio tem informações completas sobre as acusações. Disse ainda que o governador "é correto e transparente".



Renan observa que governador de Alagoas "é correto e transparente"

BID aprova financiamento do programa Interlegis II

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou proposta de financiamento de US\$ 16,1 milhões com a finalidade de apoiar a primeira de duas fases do programa Interlegis II, que visa à modernização do Poder Legislativo nos âmbitos federal, estadual e municipal. Para que a operação seja concluída, é necessária ainda a aprovação, pelo Senado, de contrapartida igual ao valor do

empréstimo.

A informação é do diretor da Subsecretaria de Planejamento e Fomento da Secretaria Especial do programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, José Dantas Filho. O custo estimado para as duas fases é de US\$ 64,4 milhões, sendo que o financiamento do banco é da ordem de 50% desse montante. O restante virá de fundos locais de contrapartida.

O empréstimo aprovado ontem para a primeira fase tem prazo de amortização de 25 anos e um período de carência de quatro anos. O programa visa expandir e aperfeiçoar o Interlegis I, iniciado em 1997. Com o apoio de um empréstimo do BID em 1999, o Interlegis I conectou mais de 3 mil casas legislativas e melhorou a capacidade de gestão do Legislativo brasileiro.



Jayme Campos: município vizinho a Cuiabá completou 140 anos

Jayme Campos celebra aniversário de Várzea Grande

Distante apenas 11 quilômetros de Cuiabá e com uma população estimada em mais de 280 mil habitantes, Várzea Grande completou 140 anos de fundação na última terça-feira. Natural do município, Jayme Campos (DEM-MT) comemorou a data, descrevendo aspectos da cidade e sua vocação para o empreendedorismo.

– Berço de cultura secular, Várzea Grande abriu-se de maneira corajosa para o futuro, abrigando imigrantes e adotando uma filosofia empreendedora – ressaltou o senador.

José Maranhão lamenta morte da cantora Marinês

"Calou-se a voz da Rainha do Xaxado!", lamentou ontem, em Plenário, José Maranhão (PMDB-PB), referindo-se ao falecimento, na última segunda-feira, da cantora e sanfoneira Marinês.

Para o senador, Marinês "foi uma das mais perfeitas encarnações da alma nordestina". Ele citou vários sucessos da sanfoneira, como Pisa na fulô, Meu Cariri e Lamento sertanejo, e disse ainda que ela tocou ao lado de Elba Ramalho, Moraes Moreira, Alceu Valença, Genival Lacerda e Luiz Gonzaga.



Maranhão homenageia Marinês, a sanfoneira Rainha do Xaxado



Efraim sugere edição de MP que inclua novos serviços em programa

Efraim quer ampliar Programa de Saúde Familiar

A inclusão de fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos entre os profissionais que atuam no Programa de Saúde Familiar (PSF) foi sugerida por Efraim Morais (DEM-PB). O senador defendeu a edição, pelo governo, de uma medida provisória ampliando os serviços do programa.

Ele também requereu voto de pesar pelo falecimento da cantora Marinês, conhecida como a rainha do forró pé-de-serra e do xaxado, que faleceu no Recife, no dia 14.



Fátima Cleide quer combater violência contra homossexuais

Fátima Cleide defende medidas contra homofobia

Ao lembrar a passagem, ontem, do Dia Mundial de Luta contra a Homofobia, Fátima Cleide (PT-RO) disse que mais de 2.500 homossexuais e transexuais foram assassinados no Brasil nos últimos 15 anos.

A senadora lembrou que o governo federal vem implementando, desde 2004, o programa Brasil sem Homofobia, e que tramita no Congresso um projeto (PLC 122/06), do qual ela é relatora no Senado, que classifica como crime a discriminação contra homossexuais.

Especialistas ouvidos pela Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos ressaltam que população, governo federal, prefeituras e empresas de reciclagem precisam trabalhar juntos

Debate no Senado aponta educação ambiental como solução para lixões

A Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos – ligada à Comissão de Meio Ambiente – realizou audiência pública para analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos lixões e encaminhar soluções.

A primeira convidada, Nadja Limeira Araújo, gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, disse lamentar que “grande parte das prefeituras do país ainda não tenha se dado conta da dimensão do problema que representam a coleta e a destinação do lixo”. Segundo ela, mais de 40% das prefeituras nem sequer cobram pela destinação de resíduos sólidos.

Para o professor Edson Martins de Aguiar, da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, para se obter uma solução na área de transporte de resíduos sólidos é preciso agrupar os municípios para otimizar os recursos e facilitar as ações. “Finalmente, não se pode nem pensar em ter 5.700 aterros sanitários ou 5.700 incineradores no país, um para cada município”, ressaltou.

Para Rudolf de Noronha, diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente, a solução para a questão é a educação ambiental, mas, como observou, isso é tarefa para



Nadja de Araújo, Edson Aguiar, Cícero Lucena e Rudolf de Noronha debatem problemas causados por resíduos sólidos

uma geração inteira. Ele afirmou que as diretrizes para a área de saneamento devem partir do governo federal.

Exemplo

Como exemplo bem-sucedido de coleta seletiva, Rudolf de Noronha citou a reciclagem de latas de alumínio, e acredita que a próxima etapa será com o plástico. Como ponto de partida, o governo precisa fazer, na opinião de Noronha, lei exigindo que as embalagens de plástico sejam substituídas por material biodegradável.

– Já existe tecnologia de plasma para reaproveitar as garrafas plásticas

de refrigerante PET e as embalagens de leite tetrapak. É preciso um projeto de duas pontas, unindo a população e as empresas de reciclagem – assinalou.

O presidente da subcomissão, Cícero Lucena (PSDB-PB), relatou experiência de êxito que teve quando foi prefeito de João Pessoa – ocasião em que desativou o chamado “lixão do Roger”, transferindo 250 famílias que moravam no local para apartamentos. Essas pessoas foram treinadas para fazer a coleta seletiva e hoje comercializam o material reciclável diretamente com uma cooperativa.

Jonas Pinheiro (DEM-MT) lembrou os resultados positivos de lei aprovada pelo Congresso que obriga o recolhimento de embalagens de agrotóxicos pela própria empresa que as produz. Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou que a mudança de mentalidade é a “pedra de toque” para fazer as alterações acontecerem.

A subcomissão aprovou, ainda, requerimento de Augusto Botelho (PDT-RR) para realização de uma segunda audiência sobre a questão, com depoimentos de Diógenes Del Bel, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), e de José Aurélio Boranga, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

Malta: donos de bingos são os “velhos bicheiros”

Ao defender a extinção de “qualquer tipo de jogatina”, Magno Malta (PR-ES) disse que os donos de casas de bingo de hoje são “os velhos bicheiros do Brasil: sua atividade é instrumento de lavagem de dinheiro do narcotráfico, da venda ilegal de armas e da corrupção, como têm demonstrado as

investigações da Polícia Federal”. O senador, no entanto, acredita que nem todos os empresários de bingo estejam a serviço do crime organizado. “Existe uma faixa de 20% que migrou para o negócio por causa da Lei Pelé”, frisou.

Malta opinou que bastaria ao ministro do Trabalho

mandar cadastrar os empregados de bingos que tenham carteira assinada para constatar que o total não chega a 10% do que divulgam. Segundo o senador, a mão-de-obra utilizada nas casas de bingo é proveniente de cooperativas, que não pagam impostos e foram criadas com esse fim.

Simon elogia instituição visitada pelo Papa

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou as atividades da Obra Social Nossa Senhora da Glória - Fazenda da Esperança, instituição que atende atualmente a mais de 1.500 jovens entre dependentes, soropositivos, alcoolistas e pessoas com distúrbios como bulimia e depressão. De acordo com

ele, mais de 80% dos tratamentos da instituição são bem-sucedidos.

– Lá, os pacientes trabalham, praticam esportes e meditam, entre outras atividades – informou.

O senador disse que enviará requerimento à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que o fundador

da fazenda, frei Hans Stappel, seja convidado para falar sobre as atividades da instituição. Segundo Simon, a Fazenda da Esperança, visitada pelo papa Bento XVI, foi criada no início dos anos 1980 em Guaratinguetá (SP), e tem centros distribuídos por todo o país e no exterior.



João Ribeiro: presidente vai inaugurar trecho de ferrovia

João Ribeiro anuncia ida de Lula ao Tocantins

O presidente Lula vai hoje ao Tocantins para inaugurar trecho da Ferrovia Norte-Sul, informou João Ribeiro (PR-TO). A estação onde ocorre o evento está localizada no município de Babaçulândia, no cruzamento da ferrovia com a rodovia TO-220, a 25 quilômetros de Araguaína.

– O trecho tem pouco mais de 100 quilômetros. A Norte-Sul é, sem dúvida, uma importante obra de integração nacional, e o presidente Lula, em seus dois governos, conseguiu fazer com que os serviços fossem acelerados. Já está sendo licitado o trecho que levará a ferrovia até Palmas – afirmou o senador, opinando que a ferrovia é fundamental para o escoamento da produção do estado.

Flexa Ribeiro saúda autorização para universidade no PA

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) saudou a aprovação pela Comissão de Educação, no último dia 15, de projeto de sua autoria que autoriza o governo a instalar a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará.

A instituição, que terá como sede a cidade de Marabá, de acordo com o projeto (PLS 215/06), irá beneficiar em torno de 2,5 milhões de pessoas que vivem em 40 municípios da região. Flexa Ribeiro apelou à governadora do estado, Ana Júlia Carepa, para que busque, junto ao presidente Lula, agilizar a instalação da instituição, assim como a da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).



Malta afirma que casas de jogo servem para lavagem de dinheiro



Simon solicitou que a CAS convide fundador a falar sobre obra social



Situação dos estados e da União é paradoxal, considera Marconi

União se endivida sem limites, critica Marconi Perillo

Marconi Perillo (PSDB-GO) questionou por que a legislação existente hoje impõe limites aos estados em seus endividamentos, enquanto o governo federal se endivida sem nenhum limite. Para ele, a situação é pior ainda, pois existem dois limites para os estados: um fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – no máximo, um ano da receita líquida real dos estados – e outro pelo Senado – duas vezes a receita líquida.

O senador defendeu a manutenção, pelo Congresso, apenas do limite fixado pelo Senado, abrindo espaço para que os estados façam investimentos nos próximos anos. Segundo Marconi, integrantes da equipe econômica do governo federal advertiram que a mudança permitiria que os estados se endividassem em mais R\$ 140 bilhões, o que poderia comprometer a política de ajuste fiscal do governo. O senador observou, no entanto, que o endividamento não aumentaria de uma vez, mas gradativamente, o que eliminaria possíveis efeitos negativos sobre a política fiscal.

Marconi afirmou ainda que a situação dos estados e da União, além de paradoxal, “é inaceitável”, pois estados e municípios são responsáveis por 85% de todos os investimentos governamentais, enquanto o governo federal responde por apenas 15%.

Ao final, Marconi Perillo pediu aos senadores apoio à MP 347/07, que acaba com a superposição de limites de endividamento entre a LRF, que fixou normas para reestruturação das dívidas estaduais (Lei 9.496/97), e a Resolução 43 do Senado.

Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Pedro Simon pretendem obter informações sobre risco de guerra de secessão em país vizinho, onde movimentos do Sul ameaçam declarar independência

Grupo de senadores irá à Bolívia acompanhar situação política

Três integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) – vão analisar, nas próximas semanas, a situação política da Bolívia. O grupo foi criado pelo presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), depois de Cristovam alertar para o risco de uma guerra de secessão no país vizinho.

O senador pelo Distrito Federal registrou que movimentos políticos do Sul da Bolívia, onde estão localizadas as grandes reservas de gás natural do país, têm ameaçado declarar a independência da região se a futura Constituição, atualmente em debate,



Presidida por Heráclito Fortes, CRE decide enviar parlamentares por sugestão de Cristovam

não aceitar as suas reivindicações de autonomia. Já correm boatos na região, segundo Cristovam, de que 15 mil homens armados estariam prontos para enfrentar o governo central boliviano.

– O Brasil tem de se preocupar com isso. Caso ocorra um conflito, ele poderá se estender a outros países da região. Poderá haver também uma intervenção da Venezuela em apoio ao governo central, pelo Norte, e

uma intervenção dos Estados Unidos pela parte Sul – observou o senador, ao dizer ainda que a região Sul do Peru poderia solidarizar-se com o Norte da Bolívia pela proximidade étnica das populações de origem indígena que ocupam as duas regiões.

Cristovam sugeriu a viagem à Bolívia de um grupo de senadores, para obter informações dos dois lados a respeito da situação do país. A sugestão foi prontamente aceita pelo presidente da CRE, que indicou Crivella e Simon para acompanharem Cristovam. Antes de seguirem para a Bolívia, porém, os senadores deverão conversar com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por iniciativa de Simon.

Comissão aprova cinco acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem pareceres favoráveis a cinco projetos de decreto legislativo (PDSs) relativos a acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro. Um deles (PDS 23/07), relatado por Cristovam Buarque, acatou emendas ao estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para, entre outras medidas, ampliar a participação, na Junta de Governadores da AIEA, de representantes da Europa Oriental, da África, do Oriente Médio e da Ásia Meridional.

O segundo projeto (PDS 26/07), que teve como relator ad hoc o senador Romeu Tuma (DEM-SP), aprova o texto da Convenção para a Redução

dos Casos de Apatridia, firmada em Nova York, em 1961. A apatridia – inexistência de vínculo de nacionalidade – é apontada no relatório lido por Tuma como “atentatória aos direitos da pessoa humana”.

A comissão acolheu também parecer favorável ao PDS 30/07, relatado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), destinado a aprovar o Memorando de Entendimento entre o Brasil e Cuba para Cooperação Técnica em Saúde Animal e Sanidade Vegetal; e ao PDS 31/07, relatado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), sobre acordo com Moçambique de Cooperação Técnica nas Áreas Sanitária e Fitossanitária. Foi ainda aprovado o texto (PDS

33/07) do acordo entre o Brasil e a Romênia para isenção parcial de vistos. O relator ad hoc foi o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Por iniciativa de Mozarildo, a comissão decidiu criar o Grupo Parlamentar Brasil-Guiana. O relator da matéria, senador Augusto Botelho (PT-RR), lembrou que Roraima e a Guiana contam com áreas de cerrado com grande potencial de produção de cana-de-açúcar. Ainda proposto por Mozarildo Cavalcanti, foi aprovado requerimento de convite à secretaria-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Rosalia Arteaga Serrano, para falar sobre aquecimento global.

Raupp destaca parques científico-industriais de Taiwan

Valdir Raupp (PMDB-RO) apontou os parques científico-industriais de Taiwan (Formosa) como exemplos de desenvolvimento a serem seguidos pelo Brasil. O senador esteve em visita oficial a Taiwan há duas semanas e fez ontem um breve relato da sua viagem àquele país.

Raupp apontou o Parque Hsinchu, criado no final da década de 70 para ser a sede da indústria de alta tecnologia local e que conta com 360 indústrias, como um dos fatores da pujança econômica daquela ilha oriental. Segundo disse o parlamentar, o Parque Hsinchu é fruto de um programa de parcerias entre

os setores público e privado na infra-estrutura industrial de Taiwan.

– O conceito dos parques científico-industriais, em particular, merece destaque, pelo exemplo que dão do que pode ser feito pela união do público com o privado, envolvendo a colaboração dos setores voltados à pesquisa e à produção – disse.

De acordo com o senador, o Hsinchu e outros dois parques, um deles de biotecnologia, são administrados por uma divisão do Conselho Nacional de Ciência “e oferecem todas as melhores condições para abrigar empresas de alta tecnologia”.



Valdir Raupp: iniciativa da ilha de Formosa é exemplo para o Brasil



Novo órgão “supera décadas de ditaduras”, avalia Sérgio Zambiasi

Parlamento integra continente, afirma Zambiasi

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ontem que o Parlamento do Mercosul, instalado no início deste mês, em Montevidéu, é o resultado de um processo de reconquista e de afirmação da democracia no continente. O novo órgão é a superação de “décadas de ditaduras” e o início de uma nova situação política e geoeconômica da América do Sul e de sua inserção no contexto internacional.

O senador acrescentou que o Parlamento do Mercosul completa o arcabouço institucional do bloco, junto com a Comissão do Mercado Comum e o Tribunal Permanente de Revisão. Dota o Mercosul de um eficaz instrumento de diálogo e articulação social e política capaz de dar mais segurança jurídica à integração do continente.

– Mais do que um avanço institucional, o Parlamento do Mercosul sinaliza um novo momento no continente sul-americano, em que, sob uma nova visão de soberania como um imperativo estratégico para a região, as nações sul-americanas aproximam-se em torno de objetivos concretos, capazes de resultar em benefícios comuns às populações do bloco – afirmou Zambiasi.

O senador lembrou o esforço pela implantação do Mercosul desenvolvido pelos ex-presidentes Fernando Collor e José Sarney, e pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Dentre todos os parlamentares que participaram da primeira sessão do Parlamento do Mercosul, disse, Simon foi o único que também esteve presente na primeira sessão da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em 1991.